

OS HOMICÍDIOS NA PARAÍBA: DINÂMICA E RELAÇÕES CAUSAIS DA VIOLÊNCIA MEDIDA PELOS HOMICÍDIOS NAS PRINCIPAIS CIDADES DA PARAÍBA

Eduardo Souza Silva

Mestrando em Ciência Política, UFCG, Campina Grande - PB,

E-mail:eduardocaico@hotmail.com

José Maria Pereira da Nóbrega Júnior

Professor Adjunto da Universidade Federal de Campina Grande.

Lotado no Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA). Coordenador do Grupo de Pesquisa NEVU (Núcleo de Estudos da Violência da UFCG). Pesquisador do INCT-InEAC jmnobrega@ufcg.edu.br

RESUMO: O Nordeste apresenta os maiores números de homicídios do Brasil. Apesar da situação ser preocupante, há poucos estudos sobre esse fenômeno em nível dos estados nordestinos. A Paraíba apresentou incremento percentual significativo no período 2000/2011 com 189% de crescimento nas taxas de homicídios por grupo de cem mil habitantes. Campina Grande, João Pessoa, Patos e Santa Rita concentram as maiores populações e, também, a maioria dos homicídios. Dessa forma, a pesquisa buscou responder as seguintes questões: 1. Qual a dinâmica dos homicídios perpetrados nos municípios paraibanos com populações a partir dos 100 mil habitantes? 2. Há relação/correlação/associação entre a desigualdade social, a

pobreza e o desenvolvimento econômico com o número de homicídios naqueles municípios? 3. Qual o papel do estado (estadual e municipal) no controle dos homicídios naqueles municípios? A pesquisa utilizou bancos de dados disponíveis no SIM e no IBGE, bem como informações resgatadas no decorrer da mesma em outros institutos e bancos de dados. O período analisado foi de 2000 a 2012. A metodologia da pesquisa foi preponderantemente quantitativa, com a utilização da estatística descritiva e inferencial. Os objetivos gerais foram: avaliar a dinâmica dos homicídios; testar variáveis socioeconômicas em relação aos homicídios; e avaliar qual o impacto das políticas públicas, ou seja, da capacidade das instituições de segurança, no controle desse tipo de morte violenta nos municípios selecionados. Os principais resultados alcançados foram, a crescente violência homicida na Paraíba, tendo como perfil da vítima, homens, entre 15-29 anos, solteiro, de pele parda e com baixos níveis de escolaridade. Em decorrência do estudo foi viável também apresentar que para a redução desses índices, se mostra necessário uma dedicação exclusiva por parte dos gestores públicos na área de segurança pública, numa tentativa de levantar planejamentos estratégicos e inteligentes, para que dessa forma possam agir com eficiência na Sociedade. Para tanto, apesar de políticas de segurança pública

eficiente não serem necessariamente sinônimo de baixos índices de violência, se apresentam como principal Proxy para a redução da insegurança social que assola o nosso cotidiano.

PALAVRAS-CHAVE: Homicídios, Dinâmica, Relações Causais e Segurança Pública.

INTRODUÇÃO

A violência crescente na contemporaneidade demonstra ser um dos principais problemas a ser solucionado pelos governos. Do outro lado, são escassos os estudos sobre segurança pública numa perspectiva dos governos em ação e isso nos leva a entender porque esses meios administrativos apresentam dificuldades em identificar as causalidades da violência. Para o sucesso das políticas públicas em segurança é necessário avaliar a dinâmica e os possíveis nexos que causam esta crescente, sobretudo no Nordeste e, em específico, na Paraíba.

Campina Grande, João Pessoa, Patos e Santa Rita concentram as maiores populações e, também, a maioria dos homicídios. Nossa análise focará estes quatro municípios, sendo um deles localizado no Sertão do Estado.

A insegurança pública encontrada hoje na sociedade brasileira tem nos homicídios um dos principais, senão o principal, termômetro para a avaliação da criminalidade e da violência (NÓBREGA JR., 2014). A vida do indivíduo é o seu maior bem, o principal direito natural, se não há garantia à vida dificilmente a sociedade tem seus direitos mais amplos garantidos. Assim, utilizaremos da violência homicida como proxy¹ de avaliação da criminalidade e violência neste trabalho.

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa utiliza bancos de dados disponíveis no Sistema de Informação de Mortalidade e Sistema de Dados do Sistema Único de Saúde (SIM/DATASUS), órgão ligado ao Ministério da Saúde. No Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nos dados secundários disponíveis no Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2014), nos dados secundários do Ministério da Justiça e do Depen/Infopen (Departamento Penitenciário Nacional/Sistema de Informação Penitenciária). Também foram extraídos os dados socioeconômicos do Atlas do Desenvolvimento Humano Brasil (2013). O período analisado foi de 2000 a 2012. A metodologia da pesquisa é preponderantemente quantitativa, com a utilização da estatística descritiva.

As taxas de homicídios são calculadas por cada grupo de cem mil habitantes:

$$TxHomY = NabsHomY/PopY = x 100.000 = RtxHomY$$

A taxa de homicídios de Y é resultado da divisão dos números absolutos de Y

¹ Em estatística o termo proxy é o mesmo que substituto. A variável homicídios será explicada em sua metodologia em seção específica neste Relatório.

sobre sua população. O produto desta divisão é multiplicado por 100 mil o que resulta na taxa.

A variável *proxy* de violência, o Homicídio, será conceitualmente definido conforme a codificação X85-Y09 do Banco do SIM/DATASUS, onde tem-se registrado o óbito por causas externas “mortes por agressão”.

Definição de dados socioeconômicos:

O índice de Gini (GINI) mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda domiciliar per capita de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda).

O percentual de extrema pobreza é a proporção dos indivíduos com renda domiciliar (PIND) per capita igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais, em reais de agosto de 2010.

A renda *per capita* (RDPC), é a razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos. Valores em reais de 01/agosto de 2010.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Média geométrica dos índices das dimensões Renda, Educação e Longevidade, com pesos iguais. O índice vai de 0 a 1, onde entre 0 e 0,499 o IDHM é considerado muito baixo; entre 0,500 e 0,599, baixo; entre 0,600 e 0,699, médio; entre 0,700 a 0,799, alto e a partir de 0,800, muito alto.

RESULTADOS TEÓRICOS (REVISÃO DA LITERATURA)

A partir dessa revisão da literatura, pretendemos prestar uma investigação a respeito das possíveis causalidades da violência homicida, tendo como base a produção de estudos acadêmicos relevantes e recentes, com pesquisadores que utilizam de métodos empíricos e concretos. Esse exercício é importante, pois nos dá a dimensão das principais variáveis a serem testadas em nossa pesquisa.

Desde 1980, as taxas de homicídios passam por grande incremento, alcançando números inaceitáveis em muitos dos estados da federação. Os jovens do sexo masculino são os mais vitimados pela criminalidade homicida. Além das perdas humanas, isto gera um impacto negativo tanto na sociedade como na economia. As explicações para este significativo crescimento são múltiplas. Desde as que apontam a pobreza e a desigualdade social até as que levam em consideração o cálculo estratégico dos atores criminosos as práticas dos delitos. A ineficácia institucional também aparece como causa para o fortalecimento dos crimes violentos (Nóbrega Júnior, Zaverucha e Rocha, 2009).

Para Wolf (1971) o desenvolvimento econômico influencia o crime. Wolf afirmava

que países pobres e ricos têm um padrão diferente de crimes, mas o homicídio diminuiria com o desenvolvimento ao passo que alguns outros crimes aumentariam.

Krohn (1976) confirmou a relação negativa entre desenvolvimento econômico e taxas de homicídios, e a relação positiva entre modernização e crimes contra a propriedade. Segundo este estudo, as taxas de desemprego não teriam qualquer relação com as taxas de crimes.

Nesta linha de relação entre desenvolvimento e criminalidade, Nóbrega Jr. e Zaverucha (2013) ressaltaram a relação inversa entre desenvolvimento econômico e a violência medida pelos homicídios nas duas principais cidades paraibanas, João Pessoa e Campina Grande. Esses autores, através de um modelo de correlação, mostraram que, não obstante o crescimento do PIB², a violência homicida continuou na ascendente com nível alto de correlação entre as variáveis. Concluíram que o crescimento econômico poderia abrir espaços para práticas violentas num ambiente de maiores oportunidades econômicas.

Beato e Reis (2000) concluíram que o desenvolvimento social e econômico motiva o crescimento da violência especialmente os crimes contra o patrimônio. Os modelos de regressão e os de correlação mostraram baixa significância de relação entre pobreza/desigualdade e criminalidade violenta. Os indicadores de pobreza/desigualdade foram o Coeficiente de Gini e a percentagem de chefes de família com menos de um salário mínimo. Os modelos de regressão apresentados não mostram relação significativa entre pobreza/desigualdade e violência (Beato e Reis, 2000, pp. 389-90).

Soares (2008) afirma que a renda média cresceu, ocorreu um aumento significativo na esperança de vida ao nascer, um aumento considerável na escolarização e na alfabetização da população e, em contrapartida, um crescimento nas taxas de homicídio. No Brasil, a distribuição de renda foi quase constante: em mais de três décadas mudou pouquíssimo, não contribuindo para explicar o crescimento da taxa de homicídios. Portanto, não se pode esperar encontrar uma relação entre desigualdade e homicídios no Brasil.

Mas, o que há de mais relevante nos estudos da violência homicida é ação do governo no que diz respeito ao controle social, mais precisamente a segurança pública. As políticas públicas são, para Saporì (2007), a resolução para os conflitos existentes na sociedade. É o Estado trabalhando para resolver “problemas” que afetem o coletivo, utilizando-se do aparato administrativo-burocrático, como forma de planejamento de políticas. Zelando pela preservação do patrimônio dos cidadãos e suas respectivas integridades físicas.

Saporì (2007) encontrou uma correlação entre gestão da política de segurança pública na capacidade da redução da incidência da atividade criminosa, provendo de forma eficiente a ordem pública como bem coletivo. Assegura que política de segurança pública efetiva é aquela capaz de atuar sobre as causas mais profundas do fenômeno

² Produto Interno Bruto.

criminoso devendo essa combinar ações que diminuam a disponibilidade de alvos, aumentando à proteção a vigilância dos mesmos, e reduzindo a possibilidade de que surjam novos atores sociais motivados para o crime, pois a obstaculização do ator motivado é uma das estratégias de inibição do crime. Ou seja, a criação de obstáculos aos atores motivados para o crime diminui a probabilidade de que venham a cometer ações criminosas.

No que se refere ao perfil dos homicídios, o cenário não muda muito com o passar dos anos. Estudos como os de Muchembled (1989) confirmam que os homicidas e suas vítimas são muito semelhantes aos de hoje, a maioria era composta por homens, jovens, pobres e que o contexto mais frequente do homicídio tinha semelhança com o de hoje: no fim do dia (tal como cultural e tecnologicamente definido), no fim de semana, perto de local de venda de bebidas.

Estudos voltados para compreender as causalidades das práticas criminosas, demonstram as mais diversas perspectivas ideológicas dentro dos estudos sobre a violência. Esses vão desde as necessidades de consumo básico do indivíduo, até a prática como resultado da escolha racional, passando por imposições sociais ou até mesmo pelo “o que é mais vantajoso”.

Mendonça (2000) afirma que o agente possui um consumo referencial imposto pelos padrões da sociedade. A partir do momento em que esse agente não tem o consumo satisfeito, gera-se uma insatisfação que o leva à prática criminosa.

Nóbrega Jr. (2012) assegura a ideia da teoria da escolha racional como fundamental para explicar os motivos que levam os indivíduos a cometerem homicídios. Se aquele que comete o delito de homicídio não é preso, seria vantajoso cometer assassinatos, já que a polícia e o sistema de justiça pouco fazem para inibir este tipo de crime.

RESULTADOS EMPÍRICOS

Depois de apontados estudos empíricos sobre a realidade da violência e da segurança pública no Brasil, vamos analisar a luz dos dados de Campina Grande, João Pessoa, Patos e Santa Rita o comportamento da violência homicida nas principais cidades paraibanas. Sua dinâmica, principais nexos causais socioeconômicos e institucionais e o papel do estado como dissuasão da criminalidade.

Município	Nº Hom. 2000	Tx.Hom. 2000	Nº Hom. 2012	Tx.Hom 2012	Var. % 00-12 Nº Hom.	Var. % 00-12 Tx. Hom.
C. Grande	106	29,8	175	45	65%	50,4%
J. Pessoa	191	32	489	66	156%	106,2%
Patos	21	23	60	59	185,7%	157%
Sta. Rita	30	26	149	122	396,6%	371,5%
Paraíba	507	14,7	1525	40	200,7%	172%

Tabela 1. Número Absoluto de Homicídio, Taxas de Homicídios, Variação percentual Número Absoluto de Homicídios 00-12, Variação Percentual Taxas de Homicídios 00-12 (2000-2012) - Campina Grande, João Pessoa, Patos, Santa Rita e Paraíba.

Como a tabela 1 demonstra os números de homicídios nas cidades de Campina Grande, João Pessoa, Patos e Santa Rita vem aumentando gradativamente em desproporção ao crescimento da população. Os cálculos da variação das taxas de homicídio nesse período reforçam a preocupação com o incremento da violência homicida no estado da Paraíba. No período de 2000 a 2012, houve um crescimento de 172% nas taxas de homicídios, destacando uma redução apenas no ano de 2012 em comparação a 2011 (referente ao maior registro com 1614 casos).

Est. Civil	Solteiro	Casado	Viúvo	Sepa- rado judicial- mente	Outro	Ignora- do		
	4158	792	36	89	169	1955		
Sexo	Mascu- li- no	Feminino	Ignora- do					
	6677	506	16					
Escolari- dade	Nenhuma	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 11 anos	12 ou mais	Ignora- do		
	346	935	864	189	61	4788		
Cor/Raça	Branca	Preta	Amarela	Parda	Índíge- na	Ignora- do		
	290	115	3	6119	7	665		
Faixa Etá- ria	Menor 1 ano	1 a 14 anos	15 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 79 anos	80 anos ou mais	Ignora- do
	7	123	4488	1475	641	392	13	60

Tabela 2. Explanção sobre o perfil da vítima de homicídio nas principais cidades da Paraíba, identificando o Estado Civil, Sexo, escolaridade, cor da pele e faixa etária das vítimas.

Fontes: MS/SVS/CGIAE/SIM. Os números são resultado da soma total dos homicídios no período de 2000/2012 em Campina Grande, João Pessoa, Patos e Santa Rita, podem ser analisados detalhadamente em suas fontes.

É possível identificar em vários aspectos o perfil da vítima na tabela acima. Os dados nos mostram informações em alguns quesitos com um pouco mais de imprecisão, a todo modo, é compreensível as dificuldades na metodologia de coleta, mas neste trabalho trataremos apenas os dados identificados como válido/real em nossa análise. No Estado da Paraíba pelo menos 64% do total de homicídios tem o nível de escolaridade ignorado, nas quatro principais cidades a porcentagem é ainda maior atingindo 66%. Não obstante, foi possível observar que os mais vitimados têm entre 1 a 7 anos de escolaridade (ensino fundamental incompleto), seguido de uma boa parcela de vítimas que não possui nenhum ano de estudo.

O que essas informações nos apresentam é que assim como nos estudos de outras regiões brasileiras, ressaltados na literatura anterior, o perfil da vítima de homicídio na Paraíba não se difere do restante do País. São indivíduos preponderantemente solteiros; do sexo masculino; com baixos níveis de escolaridade; da cor negra (pardos e pretos); entre 15 e 29 anos.

A partir destes elementos, é possível afirmar que qualquer perfil que seja contrário aos supracitados, distancia-se o “risco de ser vítima” de homicídio, principalmente partindo da ideia de que grande parte dessa violência está relacionada à criminalidade³.

Portanto, é válido pontuar que variáveis como a “escolaridade”, são de alta importância para o afastamento do crime, promovendo impacto positivo na queda dos homicídios. Também é importante acrescentar que há uma necessidade de realçar a atenção no que se refere a políticas públicas para os jovens de 15 a 29 anos, no intuito de diminuir esta vulnerabilidade, compreendendo que um conjunto de ações podem articular-se para o afastamento à criminalidade, a exemplo de incentivos educacionais e ocupação empregatícia na intenção de gerar ofícios de responsabilidade aos indivíduos.

Os dados socioeconômicos que serão abordados a seguir, são de grande importância para avaliar possíveis correlações com a violência homicida.

Campina Grande	1991	2000	2010
GINI	0,61	0,62	0,58
RDPC	302,81	449,24	630,03
PIND	20,36%	12,07%	5,02%
IDHM	0,476	0,601	0,720
TX HOM	24,8	30	48,5
João Pessoa	1991	2000	2010
GINI	0,62	0,62	0,62
RDPC	483,07	662,85	964,82
PIND	12,28%	6,56%	3,48%
IDHM	0,550	0,644	0,763
TX HOM	16,4	32	48,5

Tabela 3. Dados Socioeconômicos - Campina Grande/João Pessoa - 1991/2000/2010

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano Brasil (2013).

Como tratado na tabela 3, tanto Campina Grande como João Pessoa, apresentaram melhorias expressivas no que se refere a condição socioeconômica de suas localidades, todos os índices socioeconômicos mostraram melhorias significativas, saindo de baixos patamares para altos. Em contrapartida, às taxas de homicídios como ponto de referência/medição da violência, praticamente dobraram em vinte anos, numa questionável situação inversa entre crescimento da violência e melhoria da “qualidade de vida” dos paraibanos.

Assim, a desigualdade social e a extrema pobreza diminuíram drasticamente; A renda per capita e os índices de desenvolvimento humano aumentaram em todos os seus componentes, contudo, as taxas de homicídios seguiram a ascendente, ou seja, a melhoria dos índices socioeconômicos não foram preditores para a redução da criminalidade nas cidades destacadas.

³ Segundo dados do Mapa Da Violência em Campina Grande no Ano de 2014 (2014), produzido por policiais civis da Paraíba.

Seguiremos, portanto, em caminho das variáveis institucionais sobre a dissuasão do controle da criminalidade homicida. Outra observação metodológica deve ser feita. Como a política de segurança pública é estatal, não há dados municipais a respeito. Dessa forma, a análise será empreendida no estado como um todo.

Paraíba 2003	PM+PC	Pop	Taxa	
	9444	3.518.607	268,40	
Paraíba 2012	PM+PC	Pop	Taxa	Dif. na Tx %
	11401	3.791.315	300,71	12,04 %

Tabela 4. Efetivo policial no Estado da Paraíba nos anos 2003 e 2012 com cálculo da taxa por grupo de 100 mil habitantes e o crescimento no período.

Fonte: Ministério da Justiça/SENASP. Pesquisa Perfil das Instituições de Segurança Pública. IBGE. Cálculos das taxas do autor.

O Estado da Paraíba aumentou o efetivo policial em 12% no período 2003/2012, esse crescimento se comparado friamente aos índices de violência foram extremamente baixos e sem nenhuma associação como variável contribuinte para a redução dos homicídios. Nossa hipótese é que o crescimento do efetivo policial por si só não impacta necessariamente na redução da violência, sobretudo, quando o crescimento contingencial é de apenas 1,3% ao ano. Mas que é necessário um investimento voltado para a qualidade do serviço policial, modificações estruturais e aprimoramento na forma de trabalho, somado a capacidade de formular planejamento de ações. Um contingente número é importante, porém, sozinho não gera efeito. No entanto, um grupo preparado e inteligente certamente resulta na garantia do reforço institucional no poder da incapacitação da ação delituosa,

PB 2003	Homens	Mulheres	Prisional	Habitantes	Taxa Presos	Vagas	Déficit	Taxa Hom.
	5267	147	5414	3.518.607	153,87	3.005	2.409	17
PB 2012	Homens	Mulheres	Prisional	Habitante	Taxa Presos	Vagas	Déficit	Taxa Hom.
	8149	574	8723	3.791.315	230,08	5394	3329	40

Tabela 5. População carcerária no Estado da Paraíba nos anos 2003 e 2012, com cálculo da taxa por 100 mil habitantes, número de vagas, déficit prisional, junto a taxa de homicídio daquele ano.

Fonte: Órgãos Estaduais responsáveis pelo sistema prisional nos estados. Disponível no Ministério da Justiça/DEPEN. Sistema Integrado de Informações Penitenciárias – InfoPen. Cálculos das taxas pelo autor.

A Paraíba aumentou seu efetivo policial no período de 2003 a 2012 assim como prendeu 66% mais. No entanto, isso não se refletiu na diminuição direta dos homicídios, as taxas do Estado cresceram 135% no mesmo período. Logo, se as informações apresentadas nos mostram um aumento expressivo de apreensão destes sujeitos, é questionável em que tipo de crimes essas prisões estão sendo focalizadas, pois estudo como o de NÓBREGA JR. 2014, demonstra que quando as prisões se

mostram focadas em homicidas seriados, o resultado para a redução dos homicídios pode ser alcançado.

No entanto, por falta de precisão nas informações recolhidas, não conseguimos aferir detalhadamente em que estão concentradas estas apreensões, mas que pelo contingente de medição observamos que há uma desconexão entre o aumento das apreensões e a redução da violência homicida. Vale ressaltar que junto ao aumento expressivo da população carcerária, o déficit de vagas é cada vez maior, isto por sua vez é responsável por gerar parcas condições de vivência dentro do sistema, podendo suscitar exaltação, reclamações e estresses dos apenados, condicionando a situações de descontrole institucional, como rebeliões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos que durante todo o estudo a proposta principal da atividade estava sendo vigorada seja de forma direta ou indiretamente. O período analisado foi relativamente curto apenas 12 anos, mas foi suficiente para atentar para a violência crescente nas principais cidades paraibanas e por consequência de todo o Estado.

O esboço da ampla bibliografia abordada na revisão da literatura que trata sobre os homicídios no Brasil serviu nesse estudo para apontar como é medida e analisada a dinâmica dos estudos sobre violência no país e no exterior, além, é claro para dar sustentação teórica e empírica para o estudo.

Apesar de poucos estudos que trabalhem a temática de segurança pública com o propósito de buscar as causalidades e a explicação para o crescimento significativo da violência na Paraíba, nosso trabalho demonstra através de um esboço teórico e empírico, diretrizes para o funcionamento aperfeiçoado e planejado do “poder público”, isto é, a dedicação de gestores na elaboração de políticas públicas como mecanismo de redução da violência nos municípios.

REFERÊNCIAS

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (2014), 8º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo.

BEATO, C.C.; REIS, I.A. (2000), “Desigualdade, desenvolvimento socioeconômico e crime”, in R. Henriques (org.), Desigualdade e pobreza no Brasil, Rio de Janeiro, IPEA.

KROHN, M. (1976) Inequality, unemployment and crime: a cross-national analysis. *Sociological Quarterly*, v.17, p.303-313, Summer 1976.

MENDONÇA, M. J. (2000), Um modelo de criminalidade para o caso brasileiro. Rio de Janeiro, Ipea. [Manuscrito]

MUCHEMBLED, Robert. (1989) *La violence au village: Sociabilité et comportements populaires en Artois du Vau XVII siècle*. Turnhout: Brepols, 1989.

NÓBREGA JÚNIOR, José Maria P. da, (2012) “Homicídios no Nordeste: Dinâmica, Relações Sociais e Desmistificação da violência homicida”. 1a Edição. EDUFMG Editora: Campina Grande.

NÓBREGA JÚNIOR, José Maria P. da; Zaverucha, Jorge e ROCHA, Enivaldo C. da (2009).

“Homicídios no Brasil: revisando a bibliografia nacional e seus resultados empíricos”, Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais BIB, N. 67, PP. 75-94. ISSN 1516-8085.

NÓBREGA JR., José Maria Pereira da; ZAVERUCHA, Jorge (2013), Violência Homicida em Campina Grande e João Pessoa: dinâmica, relações socioeconômicas e correlação com o desempenho econômico. Revista Brasileira de Ciências Criminais, v. 102, p. 321-336.

NÓBREGA JÚNIOR, José Maria P. da (2014) “Políticas públicas e segurança pública em Pernambuco: o case pernambucano e a redução da violência homicida”, Latitude, Vol. 8, nº 2, pp. 315-335, 2014.

SAPORI, Luís Flávio (2007) Segurança Pública no Brasil: Desafio e Perspectiva. Rio de Janeiro, 1 edição, FGV, 2007.

SOARES, Gláucio Ary D. (2008), Não matarás. Desenvolvimento, desigualdade e homicídios. FGV Editora. Rio de Janeiro.

WOLF, Preben (1971) Crime and development; an international comparison of 1971 crime rates. Scandinavian Studies in Criminology, V. 3, p. 107-120. 1971.